

GAECO E POLÍCIA MILITAR FAZEM OPERAÇÃO CONTRA SUSPEITOS DE TRÁFICO E LAVAGEM DE DINHEIRO EM PIRACICABA

AÇÃO PREVÊ O CUMPRIMENTO DE UM MANDADO DE PRISÃO E CINCO DE BUSCA E APREENSÃO; INVESTIGAÇÃO TAMBÉM APURA POSSÍVEL VÍNCULO DE SUSPEITO COM O PCC

Imagem: CPI-9



Momento em que o suspeito, investigado por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e por possível vínculo com o Primeiro Comando da Capital (PCC), é conduzido por policiais militares durante operação conjunta do GAECO de Piracicaba e do CPI-9.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) de Piracicaba e o Comando de Policiamento do Interior – 9 (CPI-9) realizam uma operação conjunta contra uma organização criminosa investigada por envolvimento com o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro. A ação prevê o cumprimento de um mandado de prisão e cinco mandados de busca e apreensão.

O alvo do mandado de prisão é um suspeito conhecido pelo apelido de “Guerreiro”. Conforme a investigação conduzida pelo Ministério Público, foram reunidos indícios de que ele teria participado da aquisição e revenda de entorpecentes, além da movimentação de valores supostamente obtidos com essas atividades.

Segundo relatório técnico da investigação, a atuação atribuída ao suspeito envolveria contatos relacionados à cadeia de fornecimento e distribuição de drogas. A apuração também identificou indícios da utilização de contas bancárias de empresas e de terceiros para movimentar recursos.

Os investigadores apontam ainda suspeitas de ocultação de patrimônio em nome de terceiros e de utilização de documentos falsos em operações bancárias. Essas práticas são analisadas no contexto da investigação sobre a possível lavagem de dinheiro proveniente das atividades ilícitas apuradas.

O relatório também reúne elementos que podem indicar uma possível ligação do suspeito com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo as informações divulgadas, esse eventual vínculo ainda está sob investigação e não é tratado como conclusão definitiva da apuração.

Para o cumprimento das medidas judiciais, o CPI-9 prevê o emprego de sete equipes do 10º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP), totalizando 32 policiais militares mobilizados.

A operação busca avançar na identificação da estrutura e da movimentação financeira da organização investigada. Os materiais eventualmente apreendidos durante o cumprimento dos mandados deverão integrar a continuidade das apurações conduzidas pelas autoridades.



A CONSCIÊNCIA NÃO ESTÁ NA FOLHA DE PAGAMENTO

Em período eleitoral, algumas pessoas parecem perder a noção exata dos limites do poder que possuem. Há quem confunda liderança com tutela, autoridade com domínio e salário com procuração sobre a consciência alheia. O assédio eleitoral nasce justamente dessa deformação: da ideia de que uma relação profissional, porque naturalmente envolve hierarquia e dependência econômica, autorizaria alguém a avançar sobre um território que não lhe pertence. Não autoriza. O empresário pode ser dono da empresa, nunca da consciência de quem trabalha nela. O chefe pode cobrar produtividade, compromisso, pontualidade e resultado. Pode demitir dentro dos limites da lei, promover, organizar equipes e estabelecer objetivos. O que não pode fazer é transformar emprego em instrumento de convencimento político. Nas eleições de 2026, a regra tornou-se ainda mais explícita: o TSE passou a vedar propaganda e assédio eleitoral em ambientes de trabalho públicos e privados. O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, caracteriza como assédio eleitoral práticas de coação, intimidação, ameaça, humilhação ou constrangimento destinadas a influenciar voto, apoio ou manifestação política do trabalhador. (Justiça Eleitoral)

É preciso, entretanto, cuidado para que o combate a um abuso não produza outro. Vivemos uma época em que rapidamente se tenta transformar qualquer conversa política em violência e qualquer divergência em ofensa. Isso também empobrece a sociedade. Empresário tem posição política. Sindicalista tem posição política. Professor, bancário, servidor, comerciante e trabalhador da indústria também têm. Ninguém deveria ser obrigado a representar uma espécie de neutralidade artificial para provar respeito à democracia. Uma sociedade livre é feita justamente de pessoas que pensam diferente e têm o direito de dizer o que pensam. O limite não está na opinião. Está no poder utilizado para impor essa opinião. Uma conversa entre pessoas livres é política; uma conversa em que uma delas sabe que contrariar a outra pode custar emprego, promoção ou renda exige responsabilidade muito maior. E essa diferença, embora pareça elementar, costuma desaparecer convenientemente quando a paixão eleitoral entra pela porta.

Também me incomoda a seletividade com que determinados princípios são defendidos. Coação não passa a ser aceitável porque vem do lado político com o qual concordamos. Pressão ideológica exercida por empresário é errada. Pressão exercida por dirigente sindical também merece escrutínio. O mesmo

vale para quem ocupa cargo público e utiliza a autoridade institucional para constranger subordinados. O Código Eleitoral, aliás, trata expressamente tanto da utilização da autoridade de servidor público para coagir alguém a votar ou deixar de votar em determinado candidato ou partido quanto do uso de violência ou grave ameaça contra a liberdade do voto. (Presidência da República) Liberdade política não pode ser um princípio de ocasião, invocado apenas quando protege os nossos. Ou vale para todos, ou deixa de ser liberdade e passa a ser conveniência.

Como empresário, considero particularmente equivocada a ideia de que defender o setor produtivo exige relativizar esse limite. É justamente o contrário. Quem defende liberdade econômica deveria compreender, antes de muitos, que liberdade não pode ser fracionada conforme a conveniência. Não faz sentido exigir um Estado que respeite escolhas individuais, propriedade, iniciativa privada e autonomia para empreender enquanto, dentro da própria empresa, se pretende administrar a consciência política do funcionário. Há uma incoerência evidente nisso. A empresa contrata trabalho, conhecimento e responsabilidade profissional. Não compra voto. E um salário, por maior que seja, jamais deveria vir acompanhado da expectativa de submissão política.

Há ainda uma dimensão moral que não deveria ser desprezada. Para quem, como eu, compreende a vida também a partir de valores cristãos, consciência não é mercadoria disponível para negociação. Fé imposta não é fé; convicção imposta também não é convicção. O respeito ao outro perde completamente o sentido quando existe apenas enquanto o outro concorda conosco. É muito fácil defender liberdade para quem pensa igual. O teste verdadeiro aparece diante de quem discorda — às vezes profundamente — e ainda assim deve ter preservado o direito de escolher sem medo de punição, humilhação ou prejuízo profissional.

Isso não significa transformar trabalhador em alguém incapaz de ouvir argumentos ou tomar suas próprias decisões. Pelo contrário. Há certo paternalismo disfarçado de proteção quando se parte da premissa de que qualquer manifestação política é suficiente para manipular um adulto. Trabalhadores não são propriedade eleitoral de sindicatos, empresas, partidos ou governos. São cidadãos. Podem ouvir, discordar, mudar de opinião ou simplesmente ignorar aquilo que lhes dizem. Combater o assédio eleitoral deve significar proteger essa autonomia, não esterilizar o debate polí-

tico. A legislação eleitoral de 2026 proíbe propaganda e assédio no ambiente de trabalho; e o MPT inclui entre as condutas problemáticas ameaças relacionadas ao emprego, promessa de vantagens vinculadas ao voto, constrangimento para participação em atos e discriminação decorrente de divergência política. (Justiça Eleitoral) É uma fronteira que precisa ser respeitada sem malabarismos.

O problema, portanto, não é empresário fazer política. Empresários são cidadãos e têm o mesmo direito de participar do debate público que qualquer outra pessoa. O problema começa quando alguém acredita que o tamanho da empresa aumenta também o tamanho do seu voto. Não aumenta. No dia da eleição, a democracia produz uma igualdade que o mercado de trabalho evidentemente não produz: o voto daquele que assina a folha de pagamento vale exatamente o mesmo que o voto daquele cujo nome está nela.

E é bom que seja assim. Uma sociedade realmente livre não precisa de patrões escolhendo por empregados, sindicatos escolhendo por trabalhadores ou governos escolhendo por servidores. Precisa de cidadãos capazes de assumir a responsabilidade por suas próprias decisões. O empresário administra a empresa. O trabalhador responde pelo seu trabalho. E cada um responde pela própria consciência. Há limites que uma relação de emprego não deveria sequer tentar atravessar. A urna é um deles.



Erick Gomes

Empresário
@erickgomes.sp

O TURISMO COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

O Dia Mundial do Turismo, celebrado oficialmente em 27 de setembro, impõe urgente reflexão à cerca de contradições e de desafios a um dos setores de grande pujança na Economia nacional. Vejamos: o Brasil tem extraordinária vocação turística, mas ainda não transformou o segmento em verdadeira estratégia de Estado para o desenvolvimento econômico e social.

Em diversos países, o Turismo ocupa posição central em razão de sua capacidade de gerar empregos, distribuir renda, atrair investimentos e promover progresso regional. No Brasil, precisamos avançar nesta direção, independentemente de governos e de ciclos políticos.

De acordo com a Confederação Nacional do Turismo (CNTur), o segmento movimenta, atualmente, 52 setores da atividade econômica. Neste amplo ecossistema, a hospitalidade é fundamental. Hotéis, bares e restaurantes estão na linha de frente da cadeia produtiva, gerando empregos, ao passo em que movimentam fornecedores, produtores, prestadores de serviços e comércio.

O Turismo é, também, indústria essencialmente limpa, capaz de transformar cultura, gastronomia, patrimônio, natureza e identidade em desenvolvimento. Logo, a projeção da marca turística brasileira no exterior apresenta, de maneira sintomática, os produtos nacionais, a criatividade de nosso povo e a capacidade empresarial do País. O setor, enfim, abre portas para negócios e investimentos muito além de suas fronteiras.

Por outro lado, enfrentamos gargalos estruturais. Um dos mais graves é a falta de mão de obra. As empresas do segmento contribuem para o Sistema S - conjunto formado por nove entidades que atuam na formação profissional, no desenvolvimento social e no apoio a empre-

sas e a trabalhadores de diferentes setores da economia brasileira. No entanto, os recursos do comércio e do Turismo estão reunidos no mesmo grupo de uma única organização, mas têm características e necessidades profissionais completamente distintas.

Na percepção do empresariado que a Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) representa, o retorno de tal estrutura na formação de profissionais para estas operações e demais ramos da Hospitalidade está muito aquém das necessidades do mercado. Basta perguntar aos donos de negócios quantos de seus colaboradores chegaram para preencher as vagas de trabalho efetivamente formados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) — uma das entidades que o Sistema S abarca. O que se estima é que este número não passe de 1% do total.

Há outra contradição a ser destacada para reflexão: Turismo e hospitalidade estão entre as atividades com grande capacidade de geração de empregos, sendo, portanto, intensivos em Recursos Humanos (RH). Contudo, ficaram de fora da política de desoneração da folha de pagamento concedida recentemente pelo Congresso Nacional e pelo governo federal a importantes setores da economia. Trata-se de grave distorção e que precisa ser corrigida. Que fique claro: reduzir o custo da contratação no segmento não é privilégio - é estímulo ao emprego formal, à renda e ao desenvolvimento.

A isso se somam as incertezas decorrentes da Reforma Tributária. Para milhares de micros e de pequenas empresas, que já convivem, aliás, com margens estreitas e elevada carga de custos, eventual aumento significativo da tributação pode representar a diferença entre continuar operando ou baixar as portas.

Às vésperas de um novo ciclo eleitoral, deixamos um alerta aos futuros representantes da sociedade: o Turismo precisa de segurança jurídica, de tributação adequada, de qualificação profissional, bem como de políticas públicas que estimulem quem emprega e investe.

Assim sendo, a mensagem da Fhoresp àqueles que irão representar a sociedade brasileira a partir de 2027 é evidente: Turismo é emprego, renda, cultura, identidade e progresso. Consequentemente, o Brasil precisa tratá-lo como estratégia de Estado e não como cosmético.



Edson Pinto

Diretor-executivo da Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp); presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Osasco, Alphaville e Região (SinHoRes); mestre em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; e autor do livro “Lavagem de Capitais e Paraísos Fiscais” (Editora Atlas).

VESTIBULINHO DAS ETECS 2027

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

ADMINISTRAÇÃO
Manhã | 40 vagas

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
Manhã | 40 vagas

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL - MNP
Tarde | 40 vagas

MARKETING
Tarde | 40 vagas

LOGÍSTICA
Integral - manhã e tarde | 40 vagas

Dep. Ary de Camargo Pedroso

Para mais informações acesse:
vestibulinho.etec.sp.gov.br

CPS Centro Paula Souza GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VESTIBULINHO DAS ETECS 2027

CURSOS TÉCNICOS

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL
Noturno | 30 vagas

ELETROELETRÔNICA
Noturno | 30 vagas

LOGÍSTICA
Noturno | 30 vagas

Dep. Ary de Camargo Pedroso

Para mais informações acesse:
vestibulinho.etec.sp.gov.br

CPS Centro Paula Souza GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EEP TEM RECONHECIMENTO RENOVADO POR MAIS CINCO ANOS NO CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

DECISÃO DO CEE-SP CONFIRMA A CONTINUIDADE DA GRADUAÇÃO E DESTACA ESTRUTURA, PROFESSORES E FORMAÇÃO OFERECIDA PELA INSTITUIÇÃO

Imagem: EEP--FUMEP



Segundo o coordenador de Ciência da Computação, Clerivaldo Roccia, a renovação acompanha as transformações do mercado de tecnologia, com avanços em inteligência artificial, dados, automação e segurança da informação.

O curso de Ciência da Computação da Escola de Engenharia de Piracicaba (EEP) teve seu reconhecimento renovado por mais cinco anos pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), período máximo previsto no processo de avaliação. A portaria de reconhecimento foi publicada na terça-feira (29) no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Mantida pela Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (Fumep), vinculada à Prefeitura de Piracicaba, a EEP oferece o curso desde 1988. Ao longo de quase quatro décadas, a graduação já formou mais de 1.200 profissionais que atuam em diferentes áreas da tecnologia e em setores da economia.

A renovação do reconhecimento resulta de uma avaliação que considera a organização curricular, a qualificação e atuação do corpo docente, a estrutura física e tecnológica, os recursos destinados às atividades acadêmicas e as condições oferecidas

aos estudantes. Para o diretor acadêmico da EEP, Marcelo Zambon, a decisão é resultado de um trabalho contínuo de formação e atualização do curso.

“É o reconhecimento de um conjunto de ações voltadas à formação dos nossos alunos, que envolve professores qualificados, uma estrutura adequada e o compromisso de preparar profissionais para um mercado cada vez mais dinâmico”, afirma. Zambon também destaca que o curso conta com equipe docente de destaque, coordenação atuante e quatro estrelas nos principais indicadores nacionais de avaliação.

A renovação ocorre em meio às mudanças no mercado de tecnologia, impulsionadas pelo avanço da inteligência artificial, da análise de dados, da automação e da segurança da informação. Para o coordenador do curso, Clerivaldo José Roccia, esse cenário exige uma formação atualizada.

“O curso é atualizado frequentemente para acompanhar a evolução da tecnologia. Hoje, há oportunidades em sistemas, inteligência artificial, dados e segurança da informação. Na região de Piracicaba, a presença de indústrias, do agronegócio e de empresas de tecnologia amplia ainda mais as possibilidades de atuação dos nossos alunos e egressos”, afirma.

Segundo Roccia, a proximidade com diferentes setores produtivos favorece a aplicação prática dos conhecimentos desenvolvidos em sala de aula. Além da formação técnica, o curso conta com disciplinas de extensão que aproximam os estudantes da comunidade externa. A partir de demandas apresentadas por pessoas, empresas e organizações, os alunos desenvolvem projetos que envolvem desde a identificação do problema até o planejamento e a implementação de soluções.

INFORMAÇÃO
TAMBÉM
PROTEGE

MAIS
SEGURANÇA
PARA
MAIS
MULHERES

VOCE
NÃO ESTÁ
SOZINHA

8:15

Polícia Civil

Delegacia Eletrônica

Polícia Civil do Estado de São Paulo

Idioma: Português

Acesse a Delegacia Digital

Registre a ocorrência de forma segura, rápida e sem sair de casa.

Criar Conta

Acessar Conta

Digite seu e-mail

Digite sua senha

Esqueceu a senha? Recuperar Conta

Registro de Ocorrência

Mais Segurança

Atendimento ao Cidadão

Denunciar também é cuidar de você.

Violência doméstica

registro online em SP

Mulheres podem comunicar a ocorrência pela Delegacia Digital

RESPEITO DIREITOS PROTEÇÃO PARA TODAS

Emergência: 190

Orientação: 180

Denúncia: 181

DISQUE, FALE, SEJA OUVIDA.

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO — POR UMA SOCIEDADE MAIS SEGURA

BORDEIRAS DA ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA

Urubatão

Linhas que bordam, gestos que transformam!

Trabalho voluntário que une solidariedade e convivência em prol de ações assistenciais.

TODAS AS QUARTAS-FEIRAS das 14h às 16h

SEDE DA ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA URUBATÃO Rua Fernando Febeliano da Costa, 1828 São Judas - Piracicaba/SP

RENDA REVERTIDA para ações assistenciais desenvolvidas pela Associação.

PAGAMENTO PIX ou dinheiro

@associacaoespiritaurubatao @bordadeirasdourubatao

Cada ponto carrega amor, cada peça transforma vidas!

NESTE MÊS, NOSSO CONVITE É ESPECIAL.

PIX DO MÊS CHAVE PIX CNPJ 11174841000131

DOE R\$ 17,00

PELOS 17 ANOS DA VIRA LATA VIRA VIDA

VIRA LATA VIRA VIDA

POR UMA VIDA DIGNA

WWW.PORTALPZ.COM.BR

PORTAL PONTO ZERO

f @ PORTALPONTOZERO

PARA ELI, DO PETMANIA



Tem gente que trabalha com animais. E tem gente que nasceu para cuidar deles.

Oi, AUMigos e AUMigas. Aqui é a Paçoca. E hoje eu tomei uma decisão editorial importante: esta coluna não terá denúncia, investigação nem reclamação sobre a quantidade absolutamente insuficiente de biscoitos distribuídos nesta residência. Hoje a pauta é outra. E merece espaço especial.

No dia 29 de setembro, foi aniversário da Eli, do Petmania. E quando alguém que dedica parte da vida a cuidar de nós completa mais um ano, acho justo que os homenageados sejamos nós a falar. Afinal, vocês, aumanos, costumam avaliar pet shop por preço, atendimento, horário, variedade. Nós avaliamos por critérios muito mais rigorosos: o jeito de chegar perto, a mão que toca, a voz que acalma e, principalmente, aquela sensação imediata de saber se estamos diante de alguém que realmente gosta de bicho. Nosso faro não costuma errar.

E a Eli passou na auditoria.

AMatilda, naturalmente, faria uma avaliação bem mais elegante. Ela diria que há pessoas que possuem uma delicadeza especial no trato com os animais. Não enxergam apenas um cachorro que precisa de cui-

dados. Enxergam temperamento, medo, confiança, manias e sentimentos. Respeitam o tempo de cada um. Para a Matilda, que acredita que quase tudo na vida pode ser resolvido com tranquilidade e um lugar confortável para deitar, isso vale muito.

Eu sou um pouco mais desconfiada. Observo primeiro, aprovo depois. É protocolo jornalístico. Mas aprendi que quem trabalha todos os dias cercado de patas, pelos, latidos, miados e algumas personalidades difíceis, sim, estou falando de nós mesmos, precisa ter algo além de profissão. Precisa ter coração.

E talvez seja justamente por isso que hoje não queremos simplesmente desejar “feliz aniversário”.

Queremos agradecer.

Agradecer à Eli pelo carinho dedicado a tantos AUMigos que passam pelo Petmania, pelo cuidado que muitas vezes parece pequeno aos olhos de quem vê de fora, mas que nós percebemos imediatamente. Animal sabe quando está sendo apenas atendido. E sabe, principalmente, quando está sendo cuidado.

Eu poderia terminar desejando saúde, felicidade, prosperidade e todas aquelas coisas que os auma-

nos escrevem nos cartões. E desejo tudo isso, claro. Mas a Matilda me lembrou que aniversário também é oportunidade de devolver um pouco daquilo que alguém espalha pelo caminho.

Então, Eli, que seu novo ano lhe devolva em dobro cada carinho oferecido, cada gesto de paciência, cada sorriso e cada pedacinho de amor que você distribui entre focinhos e patinhas.

E que nunca falem motivos para sorrir.

Nem AUMigos para cuidar.

Nem pelos na roupa, porque, convenhamos, a essa altura eles já fazem parte do uniforme.

Com muito carinho, um lambeijo especial da Matilda e minha aprovação oficial, que é raríssima e, portanto, valiosíssima,

Paçoca e Matilda

Colunistas, observadoras do comportamento aumano e fiscais absolutamente independentes da qualidade dos carinhos.

LEI SECA NAS ELEIÇÕES 2026: 12 ESTADOS TERÃO RESTRIÇÃO À VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

EM SETE ESTADOS, A PROIBIÇÃO VALE PARA TODO O TERRITÓRIO; EM OUTROS CINCO, A RESTRIÇÃO SERÁ DEFINIDA POR ZONAS ELEITORAIS

Imagem: José Cruz/Agência Brasil



Pelo menos 12 estados terão restrição de venda de bebida alcoólica no primeiro turno das eleições gerais

Pelo menos 12 estados terão restrição à venda de bebida alcoólica no primeiro turno das eleições gerais, que ocorrem neste domingo (4). Em sete deles, a medida vale para todo o território estadual. Nos outros cinco, a proibição ficará limitada a algumas zonas eleitorais, por decisão dos juízos locais.

No grupo com Lei Seca em todo o estado estão Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Piauí e Maranhão. Já Bahia, Tocantins, Sergipe, Mato Grosso e Goiás terão restrições apenas em zonas específicas. Em Alagoas, a Secretaria de Segurança Pública chegou a publicar uma portaria com proibição para o dia da votação, mas o documento foi revogado nesta quinta-feira (1), e a Lei Seca acabou suspensa no estado.

No Norte, a restrição foi detalhada em diferentes formatos. No Pará, a Polícia Civil proibiu a venda, distribuição e fornecimento, inclusive gratuitos, a partir do primeiro minuto dos dias de votação até as 18h. No Amazonas, a proibição atinge o consumo de bebidas alcoólicas em estabelecimentos e locais abertos ao público, das 2h às 17h. No Amapá, a venda, o fornecimento, a entrega e o consumo ficam proibidos das 22h de sábado (3) até as 18h de domingo (4), inclusive em eventual segundo turno. No Acre, a venda, o fornecimento gratuito e o consumo estão vedados até as 16h do dia da votação, incluindo entregas em domicílio. Em Roraima, a proibição vale das 23h de sábado às 17h de domingo.

No Nordeste, o Maranhão fixou a restrição da 0h até as 22h de domingo, enquanto no Piauí a compra e a venda de bebidas alcoólicas ficam proibidas das 18h de sábado até as 18h de domingo. Já no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco e Mato Grosso do Sul, não haverá Lei Seca. Em Rondônia, não há decisão de proibição até o momento. São Paulo e Paraná informaram que a definição cabe à Justiça Eleitoral, enquanto no Rio Grande do Sul o TRE disse não haver decisão expressa, mas admitiu que juízes podem impor restrições em suas zonas eleitorais.

PRF E TRES VÃO ATUAR EM CONJUNTO NAS ELEIÇÕES PARA GARANTIR DESLOCAMENTO DE ELEITORES

BLOQUEIOS DE RODOVIAS E ABORDAGENS SÓ PODERÃO OCORRER EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS, SEGUNDO ORIENTAÇÃO DA CORPORAÇÃO

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) vai atuar em conjunto com os tribunais regionais eleitorais (TREs), forças de segurança e instituições públicas para garantir o livre deslocamento dos eleitores até os locais de votação, manter a segurança e evitar imprevistos neste domingo (4), no primeiro turno das eleições. Segundo a PRF, foi montada uma comissão de eleição para planejar as atuações locais de acordo com as características de cada região.

Todas as ocorrências criminais serão monitoradas pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), na sede da PRF em Brasília. A corporação também orienta os eleitores a planejar com antecedência a rota até os pontos de votação e a verificar os horários de pico e a previsão do tempo.

No dia 4 e, se houver segundo turno, no dia 25, haverá restrições de tráfego para veículos grandes, com largura maior que 2,40 metros, altura maior que 4,40 metros e comprimento total maior que 19,80 metros. A medida, segundo a PRF, tem o objetivo de evitar congestionamentos.

Os bloqueios de rodovias só poderão ocorrer em caráter excepcional, com autorização prévia da Justiça Eleitoral, justificativa para a medida e indicação de rotas alternativas. As abordagens de veículos também ficam restritas a situações que representem risco concreto e iminente à vida ou à integridade das pessoas.

Imagem: PRF/ Divulgação



A Polícia Rodoviária Federal (PRF) vai trabalhar de forma conjunta com os tribunais regionais eleitorais (TREs), forças de segurança e instituições públicas para garantir o livre deslocamento dos eleitores até os pontos de votação

